

# RESENHA

## Sujeitos de direitos: a constituição da população “LGBT” no Brasil contemporâneo

**AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, 391 p.**

Gabriel Salgado Ribeiro de Sá<sup>1</sup>

A obra propõe uma densa análise a respeito da mobilização dos atores políticos envolvidos nos debates em torno dos “direitos LGBT<sup>2</sup>” ou direitos das pessoas “LGBT”. Considera-se, neste sentido, como esta população começa a ser administrada e adaptada no interior de uma morfologia de Estado (Rios, 2008) onde se estabelecem novos mecanismos de tratamento por conta da burocracia público-estatal. Aguião procura, ao longo do livro, demonstrar e contextualizar as diversas dinâmicas que produzem o Estado (e uma imagem determinada/desejada de Estado), no qual se subjazem diversas relações de poder entre grupos distintos. Neste contexto, o “Estado” assume diferentes formas, lugares, objetos, objetivos e pessoas, “produzindo” aqueles aos quais administra, mas também não reduzindo a agência daqueles que são levados pelo fluxo de sua burocracia.

A pesquisa etnográfica iniciou-se através de um acompanhamento da autora com a mobilização criada pelo decreto presidencial

em 2007<sup>3</sup>, onde se convocava a *I Conferência Nacional GLBT*. O período de investigação sistemático se deu início no ano de 2008, quando finalmente aconteceu a conferência, mobilizando paralelamente uma tentativa de localizar outras propostas em esferas governamentais que se referissem à essa população. Demonstra-se de que maneira os processos sociais e políticos produzem e legitimam a população LGBT como sujeitos de direitos, não menosprezando jamais o papel do “Estado”, que absolutamente não assume a faceta de um elemento estático e coeso, mas um ator performático (e em determinados momentos problemático) que em sua tentativa de produzir “direitos”, também corporifica “identidades” para o funcionamento de sua burocracia, acarretando em benefícios a determinados segmentos e prejudicando outrem. A investigação pretendeu revelar elementos-chave nos quais se sobressaem estratégias organizacionais e/ou coletivas, estabelecendo performances de “se fazer” politicamente. O processo envolve disputas

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

2 População designada no momento da pesquisa como: lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

3 Ver Brasil (2008).

internas e negociações nas quais são formuladas linguagens e semióticas distintas, manipuladas pelos atores em diversos momentos para tratar suas próprias necessidades. Assim, é comum a formulação de alianças e também de diferenças, dado que o campo político LGBT nunca pode ser interpretado de maneira uniforme e coesa; por exemplo, um questionamento importante é: “Qual a medida do sofrimento a ser colocada como parâmetro para a criação de mecanismos de proteção e garantia de direitos”? A resposta é que o sofrimento não é medido, ele é negociado e também “disputado”, pois o reconhecer da dor (por parte do Estado) é também uma forma de visibilidade onde é possível a produção de políticas públicas específicas para atender determinada população.

Poder-se-ia dizer que as ponderações metodológicas e/ou as denominadas “entradas” de análise foram cruciais para a produção de uma etnografia riquíssima em intersecções entre sujeitos localizados em diversas instâncias. Ao focalizar as relações entre diferentes atores, são exploradas tanto nuances micro quanto macro políticas, produzindo por consequência um panorama complexo de uma rede de atores, analisada por três perspectivas distintas: A) análise documental de documentos considerados relevantes, como por exemplo, programas e planos de governo, anais de eventos, decretos, portarias, etc; B) observação de eventos como seminários, congressos, conferências e audiências públicas, destacando-se a seleção de espaços nos quais concentram a representação de organizações tais como “academia/ universidade”, “ativismo/ militância” e “governo/ estado”; C) a implementação de uma política pública específica, o programa Rio sem Homofobia, que é caracterizado pela autora como uma versão

estadual do programa federal.

Como resultado dessas três distintas perspectivas, a investigação foi dividida em três partes: a primeira, enfatizando a “dinâmica própria de constituição de direitos para determinados sujeitos”; a segunda, a produção discursiva dos atores; enquanto a terceira envolve uma análise densa de uma política pública no qual podemos ver a interação entre diferentes atores. Desta forma, é possível acompanhar como tal população é moldada pelo entrelaçamento de direitos, sendo a coletividade um sujeito político. Ademais, uma das pistas para a instauração da pesquisa foi à disputa institucionalizada entre diversas identidades agregadas através da sigla LGBT evidenciada em decretos e regimentos, ainda em 2008. Tal perspectiva foi crucial para intrigar a autora, que começara a perceber como as disputas e diferenciações eram um elemento marcante no processo de atender as demandas desse público.

Na primeira parte da pesquisa tem-se uma análise comparativa que possibilitou um direcionamento para as etapas seguintes do trabalho, no qual a atenção da autora se redobra para tentar identificar quem são essas pessoas, como as diferenças são negociadas para reivindicar direitos através de uma coletividade e, por fim, que mecanismos são acionados para determinadas marcas sociais que outrora podem ter maior ou menor relevância. Através de uma análise das reuniões/ conferências que mobilizaram tal problemática, pode-se ver como a relação entre concepções de gênero, sexualidade, raça, etnia e outros marcadores sociais da diferença se mobilizam. Não menos importante, também é feita uma análise de documentos<sup>4</sup> para acompanhar as mudanças de vocabulário da referida população.

---

4 Os documentos foram as três versões do *Programa Nacional de Direitos Humanos* (1996, 2002 e 2009); o relatório da participação do Brasil na *Conferência de Durban* (2001); o programa federal *Brasil Sem Homofobia* (2004); o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT* (2009) e os relatórios finais das duas conferências nacionais LGBT realizadas até o momento de finalização da pesquisa (2008 e 2011). Tal análise documental é importante, pois sistematizam um percurso para uma “política LGBT”, que acontece desde os anos 1990, que se desenvolve com ainda mais intensidade na última década, onde o “sucesso” de tais políticas não necessariamente advém da realização efetiva das mesmas pelo “Estado”, mas sim como instrumento de pressão e visibilidade, mesmo que seja para cobrar o que foi prometido e nunca efetivado. De tal forma, é possível acompanhar a instauração de uma agenda cada vez mais progres-

Desta maneira, primordialmente temos uma análise da primeira conferência, no qual se enfatiza o que é dito e feito nos discursos de abertura e também nas falas dos painéis expositivos; e, na segunda, os destaques são falas e cenas dos debates ocorridos na plenária final. Possivelmente tal diferença está ligada ao processo de “trabalho de campo”, dado que na primeira reunião a autora estava adentrando em um “terreno desconhecido”; e na segunda, diferentemente, já havia uma maturidade que se traduziu em um caráter mais seletivo do que é ou não relevante. Essa prerrogativa é determinante para a produção de uma diferenciação mais sistemática entre ambas as reuniões, enriquecendo o trabalho ao produzir sentidos e disputas opostas entre os atores envolvidos. Por exemplo, na primeira temos um “clima” de vitória, no qual se destaca o papel do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, ao discursar, é interpretado por diversos participantes como um exemplo do “reconhecimento” marcante pelo Estado. Já na segunda, a presidente Dilma Vana Rousseff é ausente, que se traduz em um “clima” de disputa e tensões, onde era explicitado (pelos interlocutores) o não comprometimento do seu governo com a causa LGBT. Ainda mais, neste segundo momento ocorre uma insatisfação sistemática com as políticas públicas em curso, no qual diversos participantes acusavam que a conferência somente servia como um mecanismo para legitimar o que “eles quisessem fazer”, sendo “eles” um sujeito não muito claro que pode apontar ora para o governo, ora para determinados setores partidários, ou para alguma liderança do movimento social. Essas reuniões funcionavam com um espaço deliberativo com diversas limitações para o aprofundamento de discussões que forneceria, ao final, um plano de ações. Negociações e (des)articulações promoveram, segundo a autora, a manutenção de uma “trama”, em um sentido contínuo de construções naqueles que sustentam e participam da esfera LGBT.

Na segunda parte do livro o foco está na linguagem e gramática dos atores, explorando suas respectivas estratégias argumentativas. A produção discursiva é definitivamente moral, onde mesmo havendo as tensões e disputas, há o estabelecimento de uma coletividade que considera inaceitável qualquer tipo de discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero. Curiosamente, em cada subcapítulo dessa etapa, há a representação de enunciados recorrentes presenciadas no campo da autora, onde as expressões integram um conjunto de frases de efeito – ou “atos de fala” – que, pela repetição, performatizam e reúnem significados que condensam algumas das estratégias argumentativas da luta por direitos (Austin, 1962). As falas foram oriundas dos registros do caderno de campo entre 2008 e 2011, de eventos públicos onde se reuniam atores do ativismo, do governo e das universidades públicas. E em contrapartida com as falas desses atores, são acionados alguns opositores-chave, que se manifestam em maior ou em menor grau, contrariamente a tal agenda.

Inicialmente são expostas as considerações a respeito da *I e II Marcha Nacional pela Cidadania LGBT e contra a Homofobia* em Brasília no qual a pertinência desses eventos é o seu caráter de mobilização e pressão, possibilitando um impacto tanto no Poder Legislativo quanto no Judiciário. Fomentando o debate de pautas consideradas importantes para esse público, produzindo efeitos “pedagógicos” em diversas esferas e também manifestando um exímio caráter simbólico. A primeira marcha foi indicada por diversos atores como um momento decisivo para esta população, onde se manifestaram diversas pautas tais como: a “garantia do Estado laico”, o “combate ao fundamentalismo religioso”, o “cumprimento do Plano Nacional LGBT em sua totalidade”, a aprovação imediata do PLC 122/2006 (Combate a toda discriminação, incluindo a homofobia) e decisões favoráveis do Judiciário “sobre união

---

4 sista e também espaços de participação popular, instaurando uma relação produtiva entre a sociedade civil e o poder público, tentando-se a institucionalização de demandas e também a “produção” de sujeitos pela burocracia: há a proliferação de classificações identitárias ao mesmo tempo em que é feita uma tentativa de criar uma identidade coletiva.

estável entre casais homoafetivos, bem como a mudança de nome de pessoas transexuais”. Já na segunda, o caráter mais envolvente é a estratégia bem-sucedida de visibilização massiva, na qual os ativistas enfaticamente ressoam sobre a violência e assassinatos da população LGBT, em um tom de moralização para fornecer instrumentos de pressão política. Nesse sentido, é feita uma coletivização de aspectos individuais, além de produzir uma dimensão espetacularizada que tem como objetivo principal impactar parte da opinião pública em prol da causa LGBT.

Ainda foi possível analisar algumas “tramas” institucionalizadas no plano executivo. Foi possível acompanhar o plano administrativo governamental, ilustrando os tipos de desafios e disputas relacionadas às criações de instâncias administrativas nos níveis estaduais e municipais para atender demandas e promoção de direitos. O desafio maior foi à relação entre a administração pública e suas técnicas com o *modus operandi* de movimentos sociais. Por exemplo, em uma reunião dos “Gestores LGBT” na sede da Secretaria de Direitos Humanos em Brasília, vê-se a articulação entre movimento social e gestão pública, que se uniram para fazer um *lobby* em uma questão política. Tais “gestores” no passado apresentavam certa história pessoal de militância com organizações LGBT ou de mulheres, o que não impediu por parte desses gestores de continuamente se converterem burocraticamente (em um sentido *weberiano*). Outra prerrogativa foi perceber como os atores se envolveram em um progressivo aprendizado do funcionamento administrativo, onde há uma adaptabilidade institucional para atender demandas, especialmente aprender a linguagem administrativa como suas operações, além da instauração de redes de contatos e influências.

Na terceira parte a ênfase é o acompanhamento do *Programa Rio Sem Homofobia*. As reflexões caem sobre a população LGBT que é gestada e gerida pela administração governamental. Tenta-se prioritariamente apreender as funções, papéis e objetivos da população alvo e a demanda daqueles que necessitam ser atendidos pelo poder público. A escolha operacional de abarcar

esta lógica se deu por proximidade da autora das redes de ativismo e de pesquisadores do Rio de Janeiro, e também pela ampla divulgação do programa pelo governo, celebrado como uma espécie de modelo de implementação e gestão de políticas públicas para este público.

Os *Centros de Referência de Combate à Violência e Promoção da Cidadania LGBT* foram um esforço por parte do governo de produzir um aparato institucional capaz de atender as demandas dessa população, o que não impediu os “jogos da política” de estarem atrelados a conexões pessoais, “climas favoráveis”, negociações e arranjos políticos de variadas ordens. Um exemplo marcante seria as diversas solenidades de instauração do programa, onde há a manifestação de diversas autoridades, que além de aglutinar exímia autoridade, manifestam um compromisso do poder público e a instauração de um marco político-social. Tais centros tinham os objetivos principais de acolher e encaminhar as demandas dos sujeitos através de um atendimento interdisciplinar e também de funcionar como um centro que promoveria e produziria informações relevantes para a mobilização de políticas públicas de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT. Contudo, devido à extrema “pressa” para atender esta população, por outrora não havia os procedimentos necessários para realizar suas demandas. Pesquisadores também foram articulados para a criação de uma comissão de monitoramento e avaliação, especialmente sob a forma de reuniões.

A criação do *Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos* (LIDIS) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi determinante para a operacionalização desta parte da pesquisa, devido à aproximação da autora como pesquisadora-colaboradora, acompanhando as ações de apoio a implementação do centro de referência, percebendo, por conseguinte, como houve o estabelecimento de redes de parceria entre diferentes atores, tais como ativistas sociais e a esfera de gestão pública. Foi possível estar presente em alguns dos encontros de supervisão e formação da equipe de profissionais

que atuavam no serviço, onde se manifestavam dúvidas a respeito das classificações, protocolos de funcionamento e de identificação, encaminhamento de demandas, etc.

O processo seletivo dos profissionais é um ponto de destaque, isso pela configuração interna que possibilitou futuramente disputas. Por um lado, havia profissionais contratados para o atendimento aos “usuários” tais como psicólogos, advogados e assistentes sociais – os que detinham o saber “técnico”. Por outro, haveria aqueles que além de formação acadêmica também tinham um passado de militância política em movimentos sociais - os “políticos”. Os primeiros afirmavam que não tinham suas competências valorizadas e faltava autonomia, enquanto os segundos “atacavam” a falta de experiência de seus “subordinados”. Depois da instauração do serviço, é comentado que parte das reuniões envolvendo os diversos agentes girava em torno de discussões como as melhores maneiras de formatar rotinas de atendimento, fichas de cadastro, atribuições de cada cargo da equipe de profissionais dos centros etc, ou seja, questões práticas que emergiam do cotidiano dos serviços. A disputa entre “técnicos” e “políticos” resultou em resistência de ambos os lados para a resolução de problemas no cotidiano das atividades. Desse processo, além das disputas internas por parte da própria burocracia, é possível perceber através da análise minuciosa da autora, que a esfera pública foi incapaz de abarcar todas as demandas feitas por aqueles que optaram pelo serviço, no qual a violência física (contra essa população) não era o principal desafio enfrentado, mas sim a garantia de direitos em práticas cotidianas diversas, como por exemplo, a união estável e retificação de registro civil.

Além do mais, foi possível também analisar a produção (especialmente de trabalhos de conclusão de cursos) de estudantes-estagiários que promoveram serviços pela política do *Rio Sem Homofobia*. Capta-se neste momento que o serviço nasceu sem estrutura e métodos definidos, mas aos poucos foi se modelando conforme a necessidade do público. O papel da universidade pública (UERJ) foi importante

tanto para apoiar, implementar e avaliar a política pública quanto contribuir para a formação acadêmica dos estagiários-estudantes, em um intercâmbio produtivo tanto em um sentido acadêmico-científico quanto para a produção de legitimidade para a política pública em si. Mesmo assim, nem todas as tentativas de intervenções da UERJ foram levadas adiante pela gestão dos centros, evidenciando, portanto, que o conflito entre “técnicos” e “políticos” também permaneceu sob esta esfera.

Por fim, produz-se como resultado uma etnografia necessária e coesa, onde é demonstrado um panorama denso da produção de uma “população” LGBT. A sensibilidade de ser “afetado” condiz com a trajetória acadêmica da autora, pois desde sua graduação ela vem se dedicado a questões relacionadas à (homo)sexualidade, ao gênero, à cor/raça e à mestiçagem. Tem-se a perspectiva de alguém que há muitos anos se envolve sistematicamente com a análise de como diferentes marcadores sociais produzem desigualdades e assimetrias entre pessoas, elucidando os diversos reveses, conflitos e adesões de diversos atores que desejam suas demandas atendidas, que nada mais são do que os mesmos direitos daqueles legitimados pelo *status quo* vigente. A leitura deste trabalho é impreterível para todos aqueles que buscam compreender a constituição da população LGBT nas últimas décadas.

### Referências Bibliográficas

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BRASIL. Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB. *Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT*.

Brasília, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade* (tese). Universidade Estadual de Campinas, 2011.

RIOS, Roger Raupp. Desenvolver os direitos sexuais – desafios e tendências na América Latina. Em: CORNWALL, Andrea e JOLLY, Susie (orgs.). *Questões de sexualidade: ensaios transculturais*. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.